

# TRANS VERSO

## 08 Entre o inferno e o céu: design colaborativo e mediação na produção do espaço urbano periférico

recebido em 28/03/2026  
aprovado em 28/04/2026

## Entre o inferno e o céu: design colaborativo e mediação na produção do espaço urbano periférico

Delana Estevão Lima  
delanaestevao@gmail.com  
Centro Universitário Católica de Quixadá

Rochelle Silveira Lima  
rochellesilveira@ufc.br  
Universidade Federal do Ceará

João Vilnei de Oliveira Filho  
joaovilnei@gmail.com  
Universidade Federal do Ceará

**RESUMO (PT):** Este trabalho explora a função do design colaborativo na produção do espaço urbano de áreas periféricas, com foco na mediação de conflitos e relações de poder. A partir de uma análise detalhada da intervenção Beco Céu, na Favela do Inferninho, localizada em Fortaleza, capital do Ceará, o artigo investiga como a coprodução do meio urbano por moradores e instituições parceiras atua na transformação socioespacial de territórios vulneráveis. Como avanço em relação a estudos anteriores, esta pesquisa explora os limites, os conflitos e as dinâmicas de poder inerentes ao processo de intervenção. Conclui-se que o design colaborativo atua como um método fundamental de mediação, facilitando o diálogo entre saberes técnicos e empíricos.

**Palavras-chave:** *design colaborativo; planejamento urbano; mediação; intervenção urbana; urbanismo tático.*

**ABSTRACT (ENG):** *This paper explores the role of collaborative design in the production of urban space in peripheral areas, focusing on conflict mediation and power relations. Based on a detailed analysis of the intervention of Beco Céu, located in the Favela do Inferninho, in Fortaleza, the capital of Ceará. The article investigates how the co-production of the urban environment by residents and partner institutions contributes to the socio-spatial transformation of vulnerable territories. As an advancement over previous studies, this research explores the limits, conflicts, and power dynamics inherent in the intervention process. It concludes that collaborative design acts as a fundamental method of mediation, facilitating dialogue between technical and empirical knowledge.*

**Keywords:** *collaborative design; urban planning; mediation; urban intervention; tactical urbanism.*

## 1. Introdução

O planejamento urbano tradicional se baseia em uma lógica capitalista onde, de acordo com Harvey (2014), a urbanização funciona como um meio pelo qual o capitalismo incorpora seus excedentes de produção, revelando a conexão profunda entre o desenvolvimento capitalista e a expansão urbana. Esse processo de produção da cidade é criticado por Gehl (2013), por tornar o espaço urbano inadequado à escala humana. O autor ainda destaca que o design da cidade deveria ser convidativo, incentivando a apropriação do espaço. Contudo, o que se percebe são processos como a segregação espacial, que colaboram no apagamento de identidades locais (Montuori; Santos; Viana, 2019).

Nesse viés, é notório que essas práticas limitam a prática cidadã e a apropriação do espaço político, contribuindo para a despolitização planejada da cidade (Szaniecki; Costard, 2019). Para Gomes (2021), a configuração do espaço urbano está diretamente ligada ao entendimento de direitos, deveres e dos direitos sociais de acesso à cidade, demandando uma leitura que transcenda o urbanismo e considere o conjunto mais amplo de direitos sociais. Esse ideal é defendido por Harvey (2014), ao defender o direito à cidade como um direito de intervir e transformar o espaço urbano de acordo com os desejos coletivos.

Práticas como o Urbanismo Tático surgem como uma resposta a esse desejo, buscando fortalecer vínculos sociais, orientando-se por valores como colaboração e transparência, ao mesmo tempo em que ressignificam as formas de conceber, produzir e experienciar a cidade (Macêdo; Almeida, 2018). Esse movimento, concebido por Lydon e Garcia (2015), é caracterizado como uma abordagem participativa e voluntária, voltada a intervenções locais, de curto prazo e viáveis. Assim, essa prática, entre outras estratégias, emerge da demanda por cidades mais diversas e democráticas, nas quais os espaços públicos favoreçam a apropriação pelos seus usuários.

Nesse contexto, o design, a arquitetura e o urbanismo se inserem nesses debates a partir de práticas que valorizam a colaboração, a multidisciplinaridade e a sustentabilidade. Assim, a colaboração emerge como elemento estruturante, pois a ação coletiva nos usos e transformações dos espaços públicos se configura como fundamental para repensar o papel do design no ambiente urbano (Montuori; Santos; Viana, 2019). Com o objetivo de promover o diálogo entre fundamentos teóricos e práticas do design no espaço urbano, desenvolve-se uma análise, a partir de um estudo de caso, da intervenção Beco Céu, situada na Favela do Inferninho, em Fortaleza. Este trabalho propõe uma análise crítica da intervenção no Beco Céu, evidenciando o papel do design colaborativo como instrumento de mediação, bem como as dinâmicas de poder, os conflitos e os limites que permeiam esse processo.

Ao analisarem periferias urbanas, Alves e Bueno (2022) identificam a existência de áreas ociosas que, mesmo negligenciadas ou pouco utilizadas, acabam sendo ocupadas pela população por meio de usos espontâneos. Tais iniciativas, por vezes apoiadas por diferentes agentes, promovem a transformação desses espaços e visam preencher a carência de áreas públicas. Nesse contexto, ao desenvolver uma investigação sobre o Beco Céu, este trabalho pretende contribuir para o debate acerca do planejamento urbano como instrumento de transformação espacial, enfatizando o papel do design participativo e colaborativo como estratégia de mediação. Além disso, busca-se analisar as relações de poder, os conflitos e os limites que atravessam esse processo, evidenciando as tensões inerentes às práticas coletivas no espaço urbano.<sup>1</sup>

1 Este artigo é uma versão revisada e ampliada de trabalho anteriormente apresentado em congresso (Lima e Lima, 2025). A presente versão incorpora modificações substanciais, incluindo revisão teórica, atualização de dados e reestruturação analítica.

## **2. Fundamentação teórica**

### **2.1 A cidade em disputa: a produção do espaço urbano e o direito à cidade**

O planejamento urbano se estabelece enquanto instrumento de ação e controle do Estado, a partir das mudanças políticas, sociais e econômicas decorrentes da estruturação de espaços urbanos (Morais, 2023). Essa vertente de planejamento urbano atual, segundo Macêdo e Almeida (2018), prioriza as intervenções de grande porte, baseando-se na perspectiva de um desenvolvimento “de cima para baixo”, em que as decisões são tomadas pelas autoridades, sem considerar os cidadãos. Além disso, Moraes (2023) ressalta que essas relações desiguais nos processos urbanos são resultado de uma incompatibilidade entre as demandas sociais urbanas e a priorização do capital, onde a busca dos interesses de grupos privilegiados se sobressai diante dos interesses públicos.

Nesse sentido, Gomes (2021, p. 39) aponta que “a grande crítica possível sobre a cidade é justamente sua captura pelo capital em detrimento das pessoas. Não se trata mais de uma cidade para pessoas (como propõe Jan Gehl), mas para o fazer capitalista”. Esse pensamento exemplifica o desequilíbrio urbano e ambiental produzido pelo sistema capitalista, fenômeno que Moore (2011) cunhou como “Capitaloceno”. Sob esse viés, Szaniecki e Costard (2019) destacam que a lógica capitalista tenta organizar a cidade visando apenas o lucro comercial. Essa atitude transforma o ambiente urbano em um mecanismo de desigualdade, que afasta os trabalhadores das decisões e garante privilégios apenas para as classes dominantes.

Assim, torna-se essencial questionar o padrão de produção do espaço urbano, com um maior foco para as regiões periféricas. No contexto das periferias urbanas, Alves e Bueno (2022) demonstram que o acesso à infraestrutura urbana não é igualitário. Por causa dessa divisão, o direito à cidade continua sendo uma ideia teórica, muito longe de se concretizar na vida da maior parte da população. Para Harvey (2014), reivindicar o direito à cidade é essencial, visto que equivale a reivindicar algum tipo de poder coletivo sobre os processos de urbanização, sobre a maneira como as cidades são feitas e refeitas.

Nesse processo de retomada do direito à cidade, Macêdo e Almeida (2018) destacam a recorrência de intervenções nos espaços públicos realizadas pela própria população, com o objetivo de resolver pequenos problemas cotidianos. Isso significa que o planejamento urbano com a contribuição popular tem ganhado grande destaque. Essa tendência contribui para a ascensão de um urbanismo fundamentado em ações mais espontâneas e na colaboração direta da sociedade.

Segundo Lydon e Garcia (2015), a inserção da população no desenvolvimento do planejamento urbano aumenta as chances de aprovação às intervenções, além de ajudar a construir uma visão unificada sobre o futuro da cidade. Fica claro, portanto, que idealizar o espaço urbano colaborativamente com a comunidade local é fundamental para alcançar resultados mais democráticos, satisfatórios e alinhados às necessidades de cada território.

### **2.2 Apropriação popular e urbanismo tático**

Diante da necessidade de novas abordagens de planejar o espaço público, centrado na cooperação com os habitantes, emergem novas iniciativas voltadas à idealização das cidades. Para Nogueira (2017, p. 91), “se a burocracia

estatal e o livre mercado tiram das mãos dos habitantes as decisões sobre seus espaços públicos, a única forma pela qual eles podem ver seus anseios respondidos é se organizando de forma independente e autônoma com relação ao Estado". Essa organização informal incentiva a população a moldar o ambiente urbano, dando autonomia para que liderem suas próprias iniciativas de mudança (Monteiro, 2019).

Uma das práticas que se destaca nesse processo de formação do meio urbano é o Urbanismo Tático, que, de acordo com Lydon e Garcia (2015), funciona como um instrumento para engajar e impulsionar comunidades, utilizando ações rápidas para testar novos desenhos do espaço urbano e orientar mudanças permanentes. Segundo Monteiro (2019), essa ferramenta de apropriação do espaço incentiva uma reformulação urbana sob uma ótica popular e colaborativa, onde a própria população se mobiliza para transformar sua realidade. Assim, o urbanismo tático consolida-se como uma iniciativa capaz de engajar a sociedade em múltiplos níveis.

Nesse contexto, Macêdo e Almeida (2018) destacam que o urbanismo tático se baseia na premissa de que os espaços urbanos precisam ser construídos de maneira colaborativa, indo ao encontro do que idealiza Jacobs (2011, p. 264): "As cidades têm a capacidade de proporcionar algo para todos somente porque, e somente quando, são criadas por todos". Dessa maneira, a ampliação da participação comunitária nas dinâmicas de planejamento urbano configura-se como elemento essencial para a promoção de espaços urbanos mais justos e democráticos. Esse fortalecimento da população pode ser visto como um reconhecimento do direito à cidade, visto que "reinventar a cidade depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo sobre o processo de urbanização" (Harvey, 2014, p. 28).

Nesse sentido, a participação popular através do Urbanismo Tático assume um caráter político, ao permitir que a população atue de forma independente, evidenciando as falhas e a ausência do Estado (Nogueira, 2017). Como aponta Monteiro (2019), essa postura política surge em reação ao esgotamento econômico, governamental e social dos grandes centros urbanos. Ela ganha força exatamente onde o Estado se mostra ausente, falhando em prover bens públicos e, sobretudo, em entregar espaços de qualidade para a população.

Ao agir em áreas muitas vezes negligenciadas pelo Estado, o urbanismo tático transforma e adapta o meio urbano de modo contínuo. Assim, o urbanismo tático e a produção do espaço urbano de maneira coletiva consolidam-se como ferramentas essenciais para a democratização das cidades. Nesse cenário, a participação popular ganha destaque, pois, como apontam Montuori, Santos e Viana (2019), pensar a cidade exige reconhecer a comunidade enquanto agente ativo não apenas no uso, mas na própria transformação do espaço urbano.

### **2.3 Conflitos e relações de poder na produção do espaço urbano**

A produção do espaço urbano é marcada por um forte viés mercantilista, processo pelo qual, segundo Harvey (2005), a cidade se torna uma mercadoria moldada para atender aos anseios do capital. Moraes (2023) reforça essa visão ao exemplificar o rearranjo estrutural que as cidades sofrem para se encaixarem nos ideais capitalistas, o que colabora com a segregação espacial. Como consequência dessa lógica, Harvey (2014, p. 47) destaca que vivemos cada vez mais em cidades "divididas, fragmentadas e propensas a conflitos", onde a percepção de mundo e as possibilidades de vida dependem diretamente do lado da pista em que nos encontramos e ao tipo de consumismo a que temos acesso.

Nesse contexto, a colaboração popular surge como um enfrentamento necessário, mas que precisa considerar os impasses de um planejamento que, historicamente, prioriza a técnica em vez das vivências e saberes locais. Em contrapartida ao urbanismo tradicional, Rezende (2022) aponta a autoconstrução e o desenvolvimento das periferias urbanas como práticas participativas capazes de reconfigurar a dinâmica social brasileira ao desafiar a lógica da cidade-mercadoria. Para que essa transformação ocorra, Morais (2023) elenca que a democratização das cidades depende de encarar as ações coletivas populares como agentes que desafiam a ordem estabelecida. Assim, o planejamento deixa de ser uma imposição vertical e passa a ser o resultado de um processo que assume o conflito como parte essencial da construção democrática.

Nesse panorama, pensar o papel dos profissionais que atuam na transformação urbana é assumir a responsabilidade de proteger e representar os interesses da população que, apesar de diretamente afetada, raramente participa dos processos decisórios. A elaboração de propostas urbanas orientadas pelo urbanismo tático, baseadas na colaboração entre diferentes agentes, se configura como uma estratégia para reorganizar espaços urbanos e promover práticas espaciais insurgentes por meio do diálogo (Rezende, 2022). Atuar de maneira integrada ao processo, conectando etapas, estabelecendo vínculos e promovendo a articulação entre distintos campos de conhecimento é essencial no processo de oposição às práticas institucionalizadas, ao destacarem perspectivas frequentemente desvalorizadas (Szaniecki e Costard, 2019).

Assim, Paoliello e Heemann (2022) destacam lacunas críticas nas abordagens colaborativas, como a superficialidade da participação e a hierarquização entre os envolvidos. Para os autores, esses fatores limitam a eficácia dos projetos; em contrapartida, argumentam que o êxito do serviço depende justamente da superação dessas barreiras, pois a construção de vínculos de confiança e a motivação do grupo são o que garantem a evolução e a qualidade do resultado final. Sob esse viés, Rezende (2022) destaca que o verdadeiro sentido de colaboração não segue uma receita, mas surge da troca de saberes entre especialistas e moradores. Essa abertura democrática permite novos espaços de ação para os movimentos sociais, embora ainda cercados por incertezas, riscos e limites pouco definidos.

## **2.4 O design colaborativo como ferramenta de mediação**

É por meio da participação da população e da ação coletiva nos ambientes públicos que se torna possível compreender a importância de analisar a função do design e sua incidência nas cidades (Montuori; Santos; Viana, 2019). Nesse sentido, é preciso refletir sobre as possíveis abordagens, com o intuito de fortalecer as transformações coletivas que já ocorrem nesses territórios. Como alternativa para garantir que as decisões de projeto reflitam os anseios reais da comunidade, emergem conceitos como o design participativo e o design colaborativo. O design participativo, segundo Correia (2022, p. 40) prioriza “aprender sobre o problema ou questão dos participantes e como abordar a pesquisa para obter essa informação e moldar a direção da pesquisa com o objetivo de estabelecer uma imagem holística”. Para a autora, essa abordagem foca na consulta ao usuário, dando uma atenção maior à estruturação de ideias que servem de base para o produto final.

Já o design colaborativo pode ser compreendido como um desenvolvimento conjunto, em que indivíduos com diferentes vivências e saberes unem suas experiências em prol de um propósito compartilhado (Kleismann, 2006). Vendramini e Heemann (2015) destacam que o design colaborativo assume

uma função estratégica na elaboração conjunta de soluções, garantindo que os participantes se engajem ativamente e troquem conhecimentos durante todo o processo. Dessa forma, o designer não atua como detentor do saber, mas como facilitador do processo de criação (Correia, 2022). Portanto, enquanto a abordagem participativa foca em entender o problema, é no design colaborativo que a comunidade deixa de ser apenas informante e passa a ser coautora do espaço.

Nesse panorama, ao assumir o papel de mediador, o designer volta sua atuação para a articulação de conhecimentos plurais. Como destacam Vendramini e Heemann (2015), isso exige a adoção de linguagens e representações que aproximem ativamente profissionais e usuários, visando à inclusão e facilitando a compreensão mútua. No entanto, a efetivação dessa dinâmica está longe de ser simples. A colaboração pressupõe um envolvimento ativo, além de laços de confiança e comprometimento entre todas as partes, configurando-se como um estado complexo de se atingir e de se preservar ao longo do projeto (Heemann; Lima; Corrêa, 2008).

Sob esse viés, é importante discutir sobre os limites e as potencialidades dos processos colaborativos de design no contexto urbano. Para Montuori, Santos e Viana (2019), um dos desafios é o fato de que os profissionais envolvidos no projeto continuam sendo vistos como figuras especialistas e protagonistas, ao passo que as pessoas que vivenciam de forma cotidiana com o ambiente possuem conhecimentos para além da técnica. Nesse sentido, os autores apontam que a prática colaborativa exige e incorpora a valorização desses conhecimentos, por meio da abertura a diálogos plurais e à integração com saberes locais, reconhecendo o conflito e o debate como dimensões constitutivas de processos verdadeiramente democráticos. Nessa perspectiva, Fedezzini (2014) aponta que, à medida que a colaboração se estabelece e há a troca de conhecimentos, também ocorre a evolução do serviço. Desse modo, evidencia-se que os processos colaborativos em design favorecem a construção de diálogos e trocas fundamentais ao desenvolvimento de soluções projetuais mais consistentes, alinhadas aos anseios da população.

### **3. Metodologia**

Para o desenvolvimento deste estudo, adotou-se um percurso metodológico fundamentado na pesquisa qualitativa. Essa abordagem foi escolhida por viabilizar a análise de fenômenos que escapam à simples quantificação numérica, voltando-se para o entendimento profundo das interações humanas e da dinâmica das relações sociais no espaço urbano (Gerhardt; Silveira, 2009). Do ponto de vista dos resultados, a investigação se classifica como exploratória e descritiva, que, segundo Gil (2007), é fundamental para estabelecer uma aproximação íntima com a problemática abordada, facilitando a construção de novas perspectivas por meio do cruzamento de referenciais teóricos, investigação de casos práticos e escuta ativa dos agentes envolvidos.

Em relação aos procedimentos técnicos, o trabalho apoiou-se inicialmente em uma revisão bibliográfica, etapa essencial para estruturar os conceitos de urbanismo tático, direito à cidade e mediação pelo design. Esse levantamento baseou-se na consulta sistemática a materiais já publicados e validados no meio acadêmico, como artigos, livros e ensaios críticos (Marconi; Lakatos, 2017). Na sequência, aplicou-se o método de estudo de caso centrado na intervenção do Beco Céu. Esse formato investigativo é o mais adequado para examinar de forma exaustiva e detalhada as particularidades de um fenômeno inserido no seu contexto real, buscando descobrir suas características

mais singulares e essenciais (Gil, 2007; Gerhardt; Silveira, 2009). Como forma de atender à necessidade de um exame crítico mais denso, a etapa de coleta de dados primários incorporou o levantamento de fontes documentais, incluindo reportagens, publicações em plataformas digitais e relatórios técnicos de instituições ligadas à referida comunidade. A seleção desse conteúdo se baseou na confiabilidade institucional da fonte, atualidade e relevância direta com as dinâmicas sociopolíticas do território estudado.

Por fim, o tratamento das informações seguiu os preceitos metodológicos da Análise de Conteúdo sistematizada por Bardin (2011). O processo foi dividido em três fases operacionais: a pré-análise, para organização e leitura flutuante do material; a exploração do conteúdo, por meio da codificação e criação de categorias temáticas (com ênfase especial nos eixos de conflitos territoriais e estratégias de mediação); e o tratamento dos resultados, que culminou na interpretação inferencial dos dados à luz do referencial teórico adotado.

## 4. Resultados e discussões

### 4.1 O Projeto Beco Céu: do abandono à coprodução do espaço

A área de intervenção, situada na comunidade cearense do Inferninho, em destaque na Figura 01, tratava-se de um território negligenciado que passou por uma transformação encabeçada pelos próprios moradores. A renovação do local começou com a iniciativa do Instituto Pensando Bem, fundado por Rutênio Florêncio. A criação do instituto está diretamente ligada à vivência de Rutênio na favela do Inferninho. A revitalização do espaço foi idealizada para incentivar a apropriação do local. Atualmente, o espaço abriga a base do Instituto Pensando Bem, onde são realizadas diversas frentes de atuação, desde atividades esportivas e artísticas até projetos educacionais e culturais (Instituto Pensando Bem, 2024).

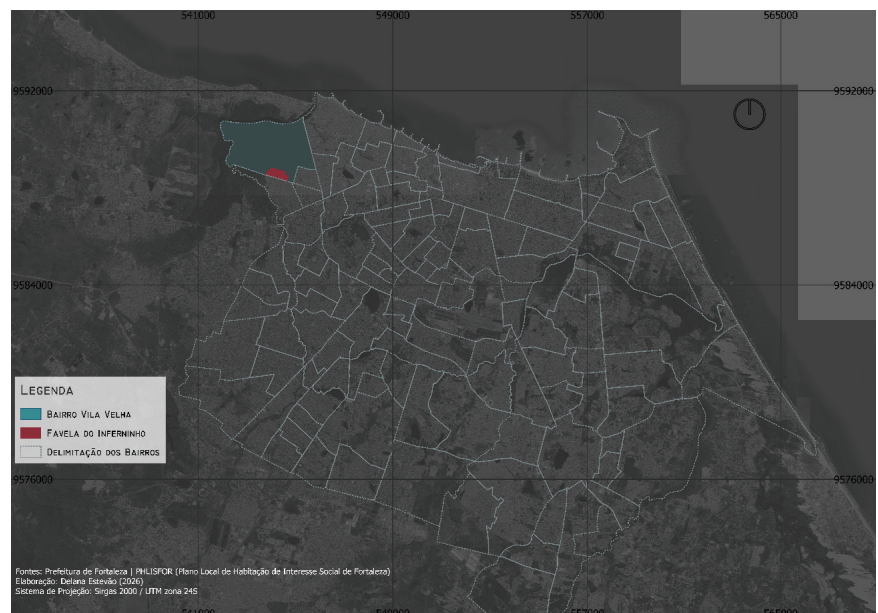


Figura 1: Mapa de Fortaleza, com destaque para a localização do bairro Vila Velha e a localização da Favela do Inferninho dentro da malha urbana. Fonte: elaborado pelos autores.

O projeto de requalificação do Beco Céu, iniciado em 2022, emerge de um processo colaborativo que envolveu múltiplos agentes, com destaque para a participação ativa dos moradores da Favela do Inferninho. A iniciativa contou com a articulação do Instituto Pensando Bem, do Instituto de Urbanismo

Ecossistêmico (LAURB) e da Quitanda Soluções Criativas — responsável pelo programa LAB Cidades Criativas, voltado a intervenções urbanas e à ocupação cultural nos estados do Ceará e do Rio de Janeiro. O apoio institucional foi garantido pelo Governo do Estado do Ceará, por meio da Secult, e pela Enel Ceará, que desenvolveu ações sociais, como a doação de geladeiras (LAB Cidades Criativas, 2022). Paralelamente, a Prefeitura de Fortaleza realizou intervenções voltadas à melhoria da infraestrutura local.

O espaço, anteriormente um beco degradado, conforme ilustrado na figura 02, foi ressignificado para tornar-se um polo de convivência e impacto social. Segundo o Instituto Pensando Bem (2024), a transformação do Beco Céu visa não apenas a melhoria estética, mas a criação de um centro de possibilidades que estimula a apropriação do território e supre a carência de espaços públicos de qualidade na periferia.



Figura 2: Beco Céu antes do processo de revitalização. Fonte: Instituto Pensando Bem, (2024).

Essa articulação entre comunidade e instituições permitiu a consolidação de um “protótipo de laboratório urbano” em área periférica. Segundo o LAURB (2024), esse modelo foca na execução de soluções inovadoras e intervenções que buscam acelerar o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Além disso, a iniciativa prioriza a coleta de dados locais para embasar políticas públicas e a adoção de procedimentos de upcycling na infraestrutura urbana. A coleta desses dados locais ocorreu através de uma análise social e técnica, realizada por meio de oficinas, que visam reunir dados sociais, estruturais e demográficos da população. Segundo o LAURB (2024), essa estratégia metodológica envolveu um censo em mais de 50% do território, garantindo precisão quantitativa. Somado a isso, o desenvolvimento coletivo da intervenção envolveu a realização de 15 eventos interativos que visam consolidar a escuta dos moradores. Por fim, o levantamento dos dispositivos locais, como a cozinha comunitária e a biblioteca, permitiu que a infraestrutura existente fosse devidamente incorporada ao desenho urbano do Beco Céu.

As atividades formativas de práticas educativas sobre cidade e sustentabilidade foram algumas das atividades fundamentais para integrar os moradores do Inferninho ao desenvolvimento do projeto. Segundo a Quitanda Soluções Criativas (2023), tais ações visam estimular o envolvimento da comunidade nas decisões projetuais. Esses atos buscaram fortalecer o sentimento de pertencimento, especialmente entre o público infantil, com o uso de abordagens dinâmicas. Rutênio, CEO do Instituto Pensando Bem, afirma que a requalificação do espaço é muito relevante para os moradores, por se tratar de um ambiente representativo de intervenção social, capaz de transformar o cotidiano da população em contexto de favela, com potencial para ampliar ainda mais seus impactos na vida dos moradores. (Quitanda Soluções Criativas, 2024).

Os processos de levantamento do censo comunitário, as oficinas realizadas e o desenvolvimento do projeto de requalificação, ocorreram entre o final do ano de 2022 e o começo do ano de 2023. Conforme destaca o LAB Cidades Criativas (2023), essas atividades promovem de forma significativa o engajamento dos moradores nos processos decisórios acerca das intervenções, ao mesmo tempo que fortalecem o sentimento de pertencimento da população, especialmente entre as crianças. Ao longo de todas as etapas do projeto, a colaboração com a comunidade foi mantida como prioridade absoluta pelos organizadores.

Uma das atividades essenciais para a construção colaborativa com a comunidade foi o Festival Beco Céu, onde a comunidade pôde conhecer o projeto conceitual, ilustrado na figura 03. No evento, o uso de exposições interativas e realidade virtual permitiu que os moradores compreendessem e validassem as intervenções propostas antes de sua execução (LAURB, 2024).



Figura 3: Projeto Conceitual do Beco Céu, apresentado no evento “Festival Beco Céu”. Fonte: LAURB, (2024).

Para o LAURB (2024), os efeitos desse projeto rompem as barreiras do urbanismo tático. Com um espaço original de 300m<sup>2</sup>, o local passou por uma ampliação e chegou a 600m<sup>2</sup>, com a conexão do outro lado do beco, identificado na figura 04. O espaço passou por intervenções na sua estrutura, com a instalação de pavimentação acessível e melhorias no sistema de drenagem. O projeto também viabilizou a reciclagem de quase meia tonelada de plástico coletado na própria comunidade. Esse resíduo foi transformado, por meio de processos de impressão 3D, em mobiliários urbanos como bancos, hortas comunitárias e bicicletários (Ceará, 2024). A figura 05 traz uma vista aérea do Beco Céu, onde é possível ter uma noção da sua implantação na Favela do Inferninho.



Figura 4: Mapa da Favela do Inferninho, identificando o Beco Céu e sua área de ampliação.  
Fonte: elaborado pelos autores.

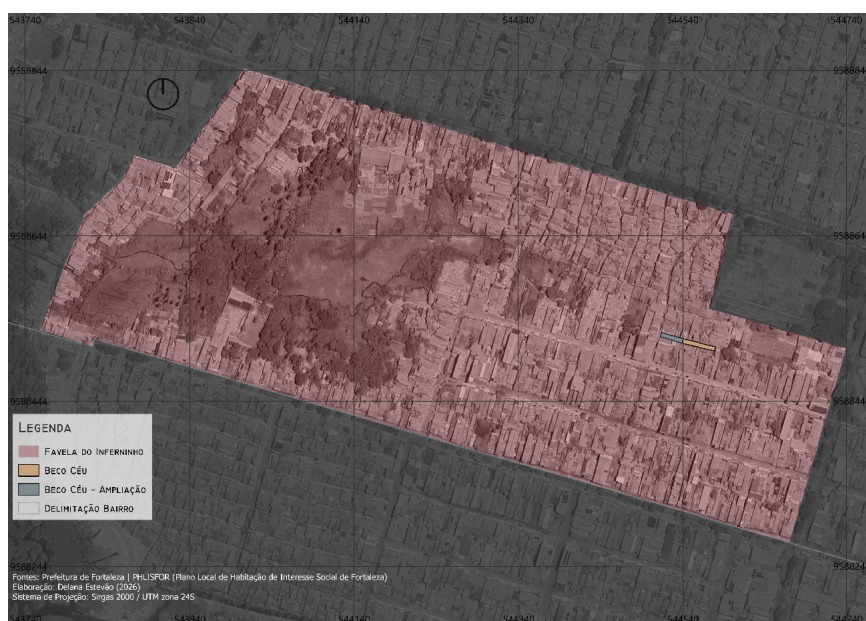


Figura 5: Imagem aérea da implantação do Beco Céu na Favela do Inferninho. Fonte: Instituto Pensando Bem, (2024).

A magnitude da requalificação do espaço, ilustrada na figura 06, consolidou o Beco Céu como um “Hub de Inovação Social”, segundo o Instituto Pensando Bem (2024). O espaço integra uma rede de equipamentos especializados que inclui a Casinha das Nuvens (educação/psicossocial); a Cozinha do Bem (gastronomia); a Base Educacional (qualificação); a Casa das Artes (cultura/esportes); e a FAVTECH, voltada para a área de tecnologia. (Instituto Pensando Bem, 2024). Essa estrutura garante que a revitalização física seja acompanhada por uma plataforma contínua de desenvolvimento social para a Favela do Inferninho. As obras tiveram início em fevereiro de 2023 e o espaço foi inaugurado em setembro do mesmo ano.

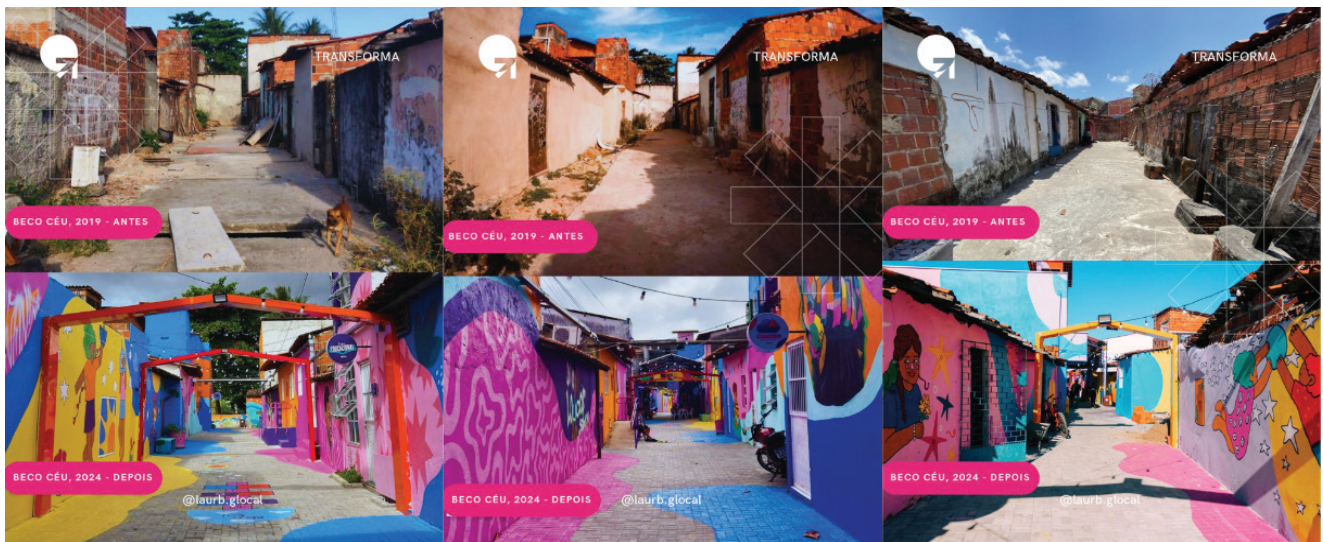


Figura 6: Comparação do processo de transformação do Beco Céu. Fonte: LAURB, (2024).

Segundo a Quitanda Soluções Criativas (2024), o Plano de Revitalização do LAB Cidades Criativas no Beco Céu contemplou ações estruturais e estéticas. Entre as principais intervenções, destacam-se a aquisição de imóveis para sediar os equipamentos necessários, além da revitalização integral do beco com a implementação de dispositivos urbanos. Um marco físico do projeto foi a demolição do muro divisorio, permitindo a integração do novo setor do beco, onde foram instalados pórticos luminosos. A qualificação visual do espaço contou ainda com a colaboração do coletivo de arte urbana Acidum Project e o apoio da Tintas Suvinil. As intervenções artísticas que colorem as paredes do Beco Céu foram realizadas por artistas a convite do LAB Cidades Criativas. Como evidenciado na Figura 7, os murais buscam estabelecer a população local como protagonista da narrativa urbana (LAB Cidades Criativas, 2023). A proposta foi transformar o beco em uma galeria de arte a céu aberto, reforçando a apropriação do território.



Figura 7: Processo de pintura dos murais do Beco Céu. Fonte: LAURB, (2024).

O Beco Céu consolidou-se como um palco para eventos de grande escala e relevância comunitária. De acordo com informações divulgadas pelo Instituto Pensando Bem (2024), iniciativas como o “Natal da Favela”, ilustrado na figura 08, chegaram a impactar um público superior a mil pessoas em uma única noite. Atualmente, o projeto beneficia diretamente em torno

de 900 moradores, operando sob a premissa de “transformar a favela de dentro para fora” (Instituto Pensando Bem, 2024). Como evidenciado nas Figuras 9 e 10, o cotidiano da comunidade foi ressignificado por espaços lúdicos e vibrantes. Na perspectiva de um laboratório urbano, a intervenção demonstra a potência do design colaborativo e politicamente engajado, onde a comunidade deixa de ser mera espectadora para tornar-se o pilar central e co-criadora da transformação territorial.

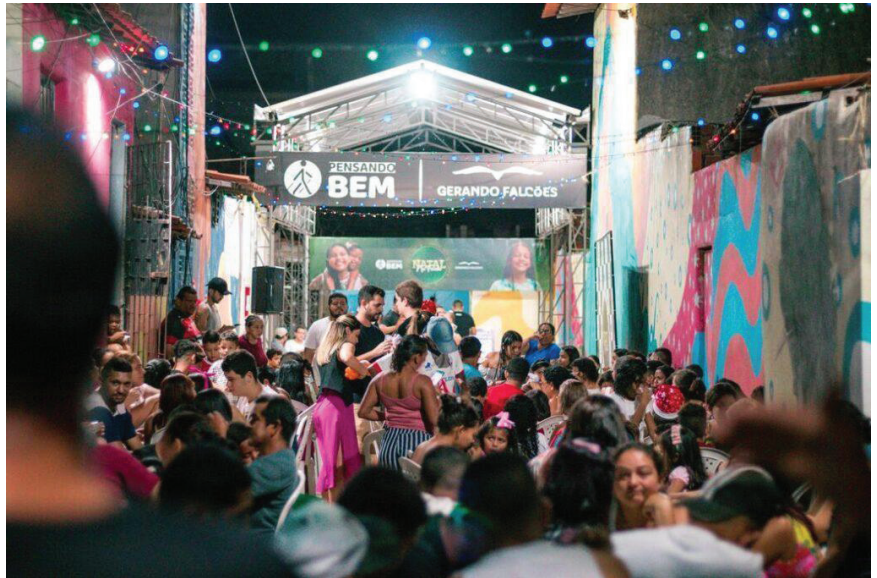


Figura 8: Evento “Natal na Favela”. Fonte: Instituto Pensando Bem, (2024).



Figura 9: Crianças brincando no Beco Céu. Fonte: LAB Cidades Criativas, (2024).



Figura 10: Vista do Beco Céu. Fonte: LAURB, (2024).

#### **4.2 Limites, conflitos e a mediação prática do design colaborativo no Beco Céu**

Nessa perspectiva, o impacto positivo do projeto Beco Céu na favela do Inferninho é evidente. No entanto, para a compreensão plena da intervenção, é preciso ir além da recepção inicial do urbanismo tático. Analisar essa experiência em áreas vulneráveis exige observar os limites e os desdobramentos da intervenção. Conforme apontam Alves e Bueno (2022), ações de apropriação em vazios urbanos esbarram frequentemente na ausência de políticas públicas estruturantes. A transformação estética e funcional do Beco não isentou o território dos problemas da Favela do Inferninho, que historicamente sofre com a negligência estatal em infraestrutura básica. Relatos de moradores antigos, como o de Maria de Fátima Costa, evidenciam a dura realidade anterior à requalificação: o local era atravessado por um canal aberto que acumulava lixo e animais mortos, resultando em inundações severas que, por décadas, forçavam as famílias a abandonar suas casas ou viver de aluguel social (Leite, 2024).

Essa conjuntura evidencia um profundo conflito nas relações de poder e na produção do espaço urbano. Conforme explicitado, a consolidação do Beco Céu dependeu de uma intensa articulação institucional e com diversos agentes para suprir as lacunas deixadas pelo Estado. A necessidade de obras estruturais de drenagem, por exemplo, exigiu que a organização comunitária pressionasse ativamente a Prefeitura de Fortaleza (Leite, 2024). Além disso, a manutenção do Beco necessita de financiamentos externos, doações e parcerias com iniciativas privadas e instituições de apoio. Internamente, a intervenção também lidou com barreiras socioculturais. De acordo com Leite (2024), Rutênio destaca a dificuldade de transformar a mentalidade de uma população historicamente marginalizada, sendo um desafio constante convencer as pessoas de que elas não nasceram para viver na pobreza.

Nesse contexto, o design colaborativo com a comunidade tornou-se a principal ferramenta de mediação. Segundo o LAURB (2024), a equipe técnica assumiu um papel de escuta ativa e articuladora, traduzindo as necessidades imediatas do território em soluções projetuais. Essa mediação ocorreu de forma muito prática durante as etapas de validação do projeto. Por meio do “Festival Beco Céu”, a população teve a oportunidade de visualizar e aprovar as intervenções, destacando-se o público infantil, que apresentou forte engajamento e entusiasmo com a proposta. Relatos das crianças evidenciam essa receptividade, com falas como “eu vou morar lá [no Beco Céu]”, “muito legal ver o antes e depois, do que era e do que vai ser” e “o novo

beco tá maravilhoso, parece aquelas pracinhas”, indicando identificação, expectativa de uso e valorização dos elementos lúdicos e estéticos do projeto. (LAURB, 2023).

A ressignificação visual e estrutural do espaço modificou profundamente a percepção dos moradores. O uso das cores vibrantes e murais artísticos substituiu a imagem de um beco “nublado e triste” por um ambiente acolhedor, como descreve o jovem morador João Victor (Leite, 2024). De acordo com Leite (2024), o impacto dessa cocriação foi tão expressivo que despertou no próprio jovem o desejo de se tornar arquiteto para continuar ajudando o Instituto. Esse despertar prático ilustra perfeitamente o conceito de design ontológico proposto por Escobar (2018, p. 17), que define tais iniciativas como práticas que “não apenas constroem objetos, mas também mundos”. Nesse sentido, tais percepções corroboram a afirmação do LAURB (2024) de que o resultado “vai além do urbanismo tático”, ao promover transformações no campo simbólico, afetivo nas projeções de futuro dos moradores. Como atesta Florêncio, o resultado maior da intervenção não foi apenas a obra em si, mas o fato de que os moradores se apropriaram do Beco Céu (Leite, 2024), convertendo o espaço em uma autêntica ferramenta de resistência e dignidade periférica.

## 5. Considerações finais

O presente artigo buscou analisar o papel do design colaborativo no planejamento urbano de áreas periféricas, com foco na mediação, tendo como estudo de caso a intervenção Beco Céu, na Favela do Inferninho, em Fortaleza. Foi possível perceber que o urbanismo tático e a participação popular na construção do espaço urbano vão muito além de melhorias estéticas, se consolidando como ferramentas essenciais na disputa de política pública e na busca pelo direito à cidade em lugares historicamente excluídos. Contudo, uma análise detalhada requer ir além de uma visão romantizada do urbanismo tático. Para compreender o alcance real da intervenção, é preciso observar as complexidades e os desafios que acompanham essas ações em territórios de vulnerabilidade.

Conforme exposto, essas ações de apropriação e requalificação constantemente esbarram em limites estruturais e na ausência do Estado. A realidade do Beco Céu mostrou que a transformação do espaço enfrentou dificuldades complexas, com a necessidade de uma pressão por parte da comunidade para conseguir as obras básicas de drenagem e acabar com inundações que destruíram os lares (Leite, 2024). A mobilização popular ilustra as dinâmicas apontadas por Moraes (2023), que defende que a democratização urbana depende de ações coletivas capazes de desafiar a ordem estabelecida. Essa retomada de poder por parte da comunidade também é um indicativo da retomada do direito à cidade de Harvey (2014), evidenciando o exercício de um poder coletivo sobre os processos de urbanização.

Diante desse cenário, o design colaborativo demonstrou ser uma ferramenta prática e essencial de mediação. Ao utilizar recursos acessíveis, como o evento de validação com óculos de realidade virtual, as oficinas e a reciclagem de lixo através dos mobiliários, os agentes e profissionais envolvidos atuaram como facilitadores. Essa mediação permitiu que o conhecimento dos moradores guiasse o projeto, de modo que a comunidade torne-se efetivamente coautora do espaço. Na prática, comprovou-se o pensamento de Correia (2022, p. 44), ao afirmar que “designer pode participar como facilitador na convergência em direção às ideias compartilhadas e às soluções potenciais a partir da perspectiva daqueles que serão impactados”.

Com isso, conclui-se que o maior resultado do Beco Céu, para além da obra física em si, é a transformação gerada na vida das pessoas. Ao incentivar jovens a sonhar com novas profissões e mudar a forma como os moradores enxergam e se orgulham do próprio território (Leite, 2024), o projeto comprova que as experiências de cocriação são fundamentais para a transformação e melhoria nos modos de vida e dos usos da cidade (Montuori; Santos; Viana, 2019). Fica evidente, contudo, que a democratização urbana e o impacto gerado pelo design colaborativo e pela resistência popular, por mais potentes que sejam, têm seu processo amplamente facilitado e potencializado quando amparados por políticas públicas reais que garantam a infraestrutura e a dignidade.

## Referências

ALVES, Luciana Sobis; BUENO, Ayrton Portilho. Apropriação informal em vazios urbanos periféricos: uma investigação na cidade de Erechim-RS. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, [s. l.], v. 14, e20210241, 2022.

BECO CÉU. **Instituto Pensando Bem**, [s. l.], 2024. Disponível em: <https://institutopensandobem.com/beco-ceu/>. Acesso em: 15 mar. 2026.

COM APOIO DA SECULT, LAB Cidades Criativas [...]. **Secretaria da Cultura do Estado do Ceará**, Fortaleza, 2023. [...] Acesso em: 15 mar. 2026., 2023. Disponível em: <https://www.secult.ce.gov.br/2023/06/12/com-apoioa-secult-lab-cidades-criativas-promove-transformacao-territorial-e-urbanistica-no-beco-ceu-na-favela-do-inferninho/>. Acesso em: 15 mar. 2026.

CORREIA, Flavia Helena Mello Moraes. **Projeto comunitário: uma análise à luz do design participativo**. 2022. Dissertação (Mestrado em Design) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2022.

ESCOBAR, Arturo. **Design for the Pluriverse: radical interdependence, autonomy, and the making of worlds**. Durham: Duke University Press, 2018.

FEDEZZINI, Carla. **Design para inovação social: a cidade feita pelas pessoas**. 2014. Dissertação (Mestrado em Design) - Programa de Pós-Graduação em Design, Universidade do Vale dos Sinos, Porto Alegre, 2014.

FORTALEZA do céu. **LAB Cidades Criativas**, 2026. Disponível em: <https://labcidadescriativas.com.br/fortalezabecoceu/>. Acesso em: 15 mar. 2026.

GEHL, Jan. **Cidade para as pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

GOMES, Marcus Vinícius Coutinho. Cidade para quem? Ensaio dialógico com Jan Gehl e Henry Lefebvre para um olhar transdisciplinar sobre a cidade no capitaloceno. **Revista do Direito-FDCL**, Cachoeiro de Itapemirim, v. 3, n. 1, p. 36-41, 2021.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HEEMANN, Adriano; LIMA, Patrícia; CORRÊA, Jeandrey. Fundamentos para o alcance da colaboração em design. In: **Estudos em Design**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p. 26-43, 2010.

**INTERVENÇÕES devem dar uma nova cara ao Beco Céu, na Favela do Inferninho, em Fortaleza. Quitanda Soluções Criativas**, 2023. Disponível em: <https://www.quitandasolucoes.com.br/intervencoes-devem-dar-uma-nova-cara-ao-becoceu-na-favela-do-inferninho-em-fortaleza/>. Acesso em: 15 mar. 2026.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

KLEINSMANN, M. S. **Understanding collaborative design**. 2006. Tese (Doutorado) — Delft University of Technology, Delft, 2006.

**LAB Cidades Criativas: programa inaugura revitalização criativa no Beco Céu nesta sexta, 27. Quitanda Soluções Criativas**, 2024. Disponível em <https://www.quitandasolucoes.com.br/lab-cidades-criativas-programa-inaugura-revitalizacao-criativa-no-beco-ceu-nesta-sexta-27/>. Acesso em: 15 mar. 2026.

LAURB - Festival Beco Céu: exposição interativa do plano de transformação para a comunidade. Fortaleza, **Instagram**, 2023. Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/CtmHDzpOZTb/>. Acesso em: 25 mar. 2026.

LEITE, Catalina. Aposta no sonho e nas oportunidades: como transformar a favela em céu. **O Povo+**, 2024. Disponível em: <https://mais.opovo.com.br/reportagens-especiais/economia-desenvolvimento-e-periferia/2024/07/24/aposta-no-sonho-e-nas-oportunidades-como-transformar-a-favela-em-ceu.html>. Acesso em: 25 mar. 2026.

LIMA, Delana Estevão; LIMA, Rochelle Silveira. “Do inferno ao céu”: o papel do design colaborativo no planejamento urbano periférico - o caso Beco Céu.. *In*: Simpósio de Design Sustentável + Sustainable Design Symposium, 10., 2025, São Luís. **Anais** [...]. São Luís: UFMA, 2025. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/xsds2025/1120570-do-inferno-ao-ceu--o-papel-do-design-colaborativo-no-planejamento-urbano-periferico---o-caso-beco-ceu/>. Acesso em: 16 abr. 2026.

LYDON, Mike; GARCIA, Anthony. **Tactical Urbanism: Short-term Action for Long-term Change**. New York: Island Press, 2015.

MACÊDO, Amanda Florêncio; ALMEIDA, André Moraes. O espaço público frente ao urbanismo tático: o caso das Praias do Capibaribe. *In*: **Congresso Internacional Espaços Públicos**, 1., 2018, Recife. **Anais** [...]. Recife: [s. n.], 2018. p. 1-10.

MOORE, Jason W. Capitalocene or Anthropocene? Nature, history, and the crisis of capitalism. **The Journal of Peasant Studies**, v. 38, n. 1, p. 1-41, 2011.

MONTEIRO, Louise. **Urbanismo Tático e o Planejamento Urbano: ações e reações no contexto da cidade contemporânea**. 2019. Dissertação (Mestrado em planejamento e projecto urbano 2018/2019) - Departamento de Engenharia Civil da Faculdade de Engenharia da Universidade de Porto, Portugal, 2019.

MONTUORI, Bruna; SANTOS, Maria Cecília; VIANA, Maria Luisa. Micro resistências e macro potências em espaços urbanos: perspectivas para o design. **Blucher Design Proceedings**, v. 6, n. 3, p. 730-741, 2019.

MORAIS, Michelle Campos. **Práticas insurgentes em Planejamento Urbano: as experiências de Urbanismo Colaborativo**. 2023. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Programa de Pós-graduação em

Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023.

NOGUEIRA, Pedro. Urbanismo tático e intervenções urbanas: aderências e deslizamentos. **Arcos Design**, Rio de Janeiro, Edição especial, p. 89-101, 2017.

PAOLIELLO, Piera Consalter; HEEMANN, Adriano. Design colaborativo orientado a projetos sociais: contribuições e aplicações. **Projética**, Londrina, v. 13, n. 1, p. 36-63, 2022.

REZENDE, Wagner de Souza. Imagine a cidade: práxis plurais e a produção de lugares compartilhados. **Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo**, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 32-49, 2022.

**SOMOSLAURB. La urb: Instituto de Urbanismo Ecológico**, 2026. Disponível em: <https://somoslaurb.tilda.ws/page27793498.html>. Acesso em: 15 mar. 2026.

SZANIECKI, Barbara; COSTARD, Mariana. Da crise do projeto ao co-design na cidade: a pluriversidade como sustentabilidade? **Blucher Design Proceedings**, v. 6, n. 3, p. 279-293, 2019.

VENDRAMINI, Louise; HEEMANN, Adriano. Design colaborativo: categorias de colaboração e implicações na comunicação. **Blucher Design Proceedings**, v. 2, n. 4, p. 189-198, 2016.